

(IN)SEGURANÇA PÚBLICA: FORÇAS DE SEGURANÇA

Policial ganha menos que em outros países e mais que média do funcionalismo

Valor médio é de R\$ 9.503,42, mas varia amplamente entre carreiras, patentes e Estados e entre militares e civis

MARCELO GODOY

Um policial brasileiro ganha, em média, R\$ 9.503,42, de acordo com o levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. O dado leva em consideração a renda dos policiais militares, civis e peritos dos Estados. O valor varia amplamente entre as carreiras, patentes e Estados.

E há pouco espaço para se reverter o quadro apresentado, em salários e em reforço de pessoal, conforme indica o estudo divulgado ontem. “O modelo de segurança pública inviabiliza por completo qualquer ideia de aumento de efetivos em razão dos custos fiscais e previdenciários e acaba sendo perverso com os próprios policiais ao gerar distorções dentro das carreiras, com desvios de função demasiados, retirando homens da atividade fim”, disse Renato Sérgio de Lima, diretor-presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Para Jacqueline Muniz, professora do curso de Segurança Pública da Universidade Fede-

ral Fluminense (UFF), “a quantidade de níveis hierárquicos que a polícia tem e a estrutura rígida, com uma concentração de altas remunerações, acabam consumindo a polícia, sobretudo em atividades meios, que são internas e administrativas”.

Entre os soldados das polícias militares, por exemplo, a média de remuneração bruta é de R\$ 6,3 mil. Mas em Goiás o valor chega a R\$ 10 mil, enquanto no Rio Grande do Norte o montante é de R\$ 4 mil. No Estado de São Paulo, especificamente, o salário para a patente mais baixa da corporação é de R\$ 6,3 mil. No topo da carreira dos oficiais, o salário bruto médio dos coronéis é de R\$ 29 mil. No Rio de Janeiro, o valor médio chega a R\$ 37,5 mil, enquanto no Ceará é de R\$ 24 mil – em São Paulo, é de R\$ 28,5 mil.

A pesquisa também apontou a remuneração da Polícia Civil, que em média paga R\$ 11,7 mil brutos aos investigadores e R\$ 26,6 mil aos delegados em todo o País. No caso dos investigadores, a remuneração média no Amazonas é a mais alta do Brasil, com um valor que chega a R\$ 21 mil. A mais baixa é a do Ceará, com R\$ 8,9 mil. Quanto ao cargo de delegado de polícia, a média é mais alta em Alagoas (R\$ 35,9 mil) e mais baixa no Paraná (R\$ 24,3 mil).

REMUNERAÇÃO BRUTA (MÉDIA) DAS POLÍCIAS MILITARES

Posição dos dados em março/2023

EM REAIS	
GOIÁS	13.326,36
DISTRITO FEDERAL	12.482,11
MATO GROSSO	12.370,41
TOCANTINS	11.896,26
AMAZONAS	11.634,80
RORAIMA*	10.768,50
RIO DE JANEIRO**	10.354,28
SANTA CATARINA	10.004,01
MINAS GERAIS	9.900,24
ESPÍRITO SANTO	9.071,85
AMAPÁ	8.634,18
BRASIL	8.628,87
MATO GROSSO DO SUL*	8.548,43
ALAGOAS	8.538,79
ACRE	8.536,74
BAHIA	8.443,13
RIO GRANDE DO NORTE	8.418,32
SÃO PAULO***	7.951,98
RONDÔNIA	7.763,83
SERGIPE	7.680,23
MARANHÃO	7.641,71
PARAIBA	7.589,84
PERNAMBUCO	7.525,34
PARÁ	7.378,64
PARANÁ	7.204,21
CEARÁ	6.954,61
PIAUÍ	5.362,34
RIO GRANDE DO SUL****	

*DADOS DISPONIBILIZADOS NÃO PERMITEM A DESAGREGAÇÃO POR PATENTE **PARA FINS DE ANÁLISE, OS NÚMEROS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SÃO DE MARÇO/2022, CONSIDERANDO QUE A INSTITUIÇÃO NÃO DISPONIBILIZOU OS DADOS SOLICITADOS VIA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO PARA 2023. ***INCLUI BOMBEIROS MILITARES. ****DADO NÃO DISPONÍVEL.

FONTE: PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL; SECRETARIA DA CASA CIVIL DO RIO DE JANEIRO; SECRETARIA DO PLANEJAMENTO DA BAHIA; SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DE RONDÔNIA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA / INFOGRÁFICO: ESTADO

Federação de Praças cobra valorização; SP destaca reajuste

O soldado Marco Prisco, presidente da Federação Nacional dos Praças (Anaspra), entidade que representa policiais e bombeiros militares, reclama de falta de valorização da categoria. “O efetivo tem diminuído drasticamente, isso é fato”, afirma ele, que também vê a questão salarial como “horrorível”. Entre os problemas, segundo Prisco, estão falta de plano de carreira, baixas expectativas,

alto número de homicídios e até de suicídios.

A Secretaria da Segurança Pública de São Paulo, que tem o maior efetivo do País, promete concursos ao longo da gestão, tanto para a Polícia Civil quanto para a militar, com o objetivo de reduzir o déficit nas categorias. O governo ainda ressalta o “reajuste salarial médio de 20,2%, acima da inflação de 4,65% no acumulado segundo IPCA, considerado um feito inédito para um primeiro ano de gestão entre as administrações paulistas mais recentes”.

NO MUNDO. Em dólar, o salário médio do policial brasileiro ficou em US\$ 1.840,32, de acordo com a cotação nominal de 2022, ano-base usado para a comparação. O número é superior aos US\$ 1.729,97 pagos, em média, a agentes chilenos. No Canadá, por outro lado, o valor é de US\$ 5.341,53. A média vista nos EUA, usando como base o salário em Nova York, ficou em US\$ 4,8 mil. Na Alemanha, a quantia é de US\$ 2.850, enquanto na França o valor sobe para US\$ 4.410. A análise também considerou a paridade do poder de compra (PPC), método que permite comparar o custo de vida em dois países considerando uma cesta de produtos e serviços idêntica. O número brasileiro ficaria em 3.493,53. Mais próximo a países como Alemanha (3.902,49) e Chile (3.545,68). O maior patamar fica com a França: 6.216,99.

NO BRASIL. Se, na comparação internacional, o salário do policial brasileiro fica abaixo dos pares, no cenário interno

Reversão de quadro
Para especialista, custos
fiscais e previdenciários
inviabilizam qualquer
mudança de cenário

a remuneração é maior do que a média do funcionalismo. Os R\$ 9,5 mil são quase o dobro do que ganha, em média, o restante do funcionalismo – cerca de R\$ 5 mil –, sendo que as folhas de ativos e inativos da Segurança Pública respondem por 23% do total de gastos dos Estados com pessoal. O salário médio dos agentes de polícia que estão inativos é ainda maior: R\$ 11 mil ante R\$ 6 mil para as demais carreiras do funcionalismo. Além disso, 33 mil dos 739 mil policiais e guardas do País (5,4%) receberam salários acima do teto do funcionalismo em 2023 (R\$ 39.293). ●

Um sistema que contribui para a insegurança

CENÁRIO

O estudo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública destaca que o problema das polícias no País não é meramente de efetivo, mas de sua distribuição. E também não é de salário, mas de definição de suas carreiras. Ou, na definição dos autores, o sistema de Segurança Pública como atualmente está organizado no

País se tornou caro e ineficiente.

Segundo a Lei Orgânica Nacional da Polícia Civil, a distribuição de seus homens deve levar em conta o índice analítico de criminalidade e de violência regional; a especialização da atividade investigativa por natureza dos delitos; bem como população, extensão territorial e densidade demográfica. No caso das PMs, a lei diz que a distribuição do efetivo deve obedecer: “a extensão da área territorial, a população, os índices de criminali-

dade, os riscos potenciais de desastres, o índice de desenvolvimento humano e as condições socioeconômicas dos Estados”.

Nenhuma das duas, porém, explica quais critérios usou para fixar o total de homens, só a forma como são distribuídos. E é justamente aí, na definição do tamanho de cada polícia, que o problema começa. Os pesquisadores mostraram que a Associação Internacional dos Chefes de Polícia (IACP, na sigla em inglês) estima que a proporção média de policiais por mil habitantes nos EUA varia de 1,8 a 2,6. O efetivo médio previsto das PMs no Brasil é de 2,9 policiais por mil habitantes. Mas no Amapá ele chega a 10,8 policiais por mil habitantes, mais do que o tri-

plo da média. O mesmo ocorre no Distrito Federal, cuja proporção é de 6,6 policiais por mil habitantes. Além dessas distorções, o problema estaria no desvio de função de policiais, que

Distribuição
2,9 PMs por mil habitantes é o efetivo médio previsto no País, mas, no Amapá, chega a 10,8 por mil habitantes

fariam trabalhos burocráticos nos quartéis ou assessorando políticos e magistrados. Qual a lógica de um coronel ter um motorista? E usar nessa atividade um soldado que poderia estar patrulhando as ruas? Ou seja,

mesmo que as vagas em aberto fossem preenchidas, as distorções das carreiras e das estruturas duplicadas das polícias continuariam. E isso sem falar no peso para o tesouro das aposentadorias integrais e da paridade de ativos e inativos, bem como nos 33.179 PMs com vencimentos acima do teto do funcionalismo público ou das nove PMs que têm mais sargentos do que soldados e cabos. Ou como definiu o presidente do Fórum de Segurança Pública, Renato Sérgio de Lima, “o sistema custa caro e é ineficiente, o que faz a população ser cada vez mais refém da insegurança e do medo”. ●

MARCELO GODOY É REPÓRTER ESPECIAL DO “ESTADÃO” E COLUNISTA DO ESTADO.COM

pressreader
1 604 274 4604
COPIEDADO POR: FOTOCOPIADORA